

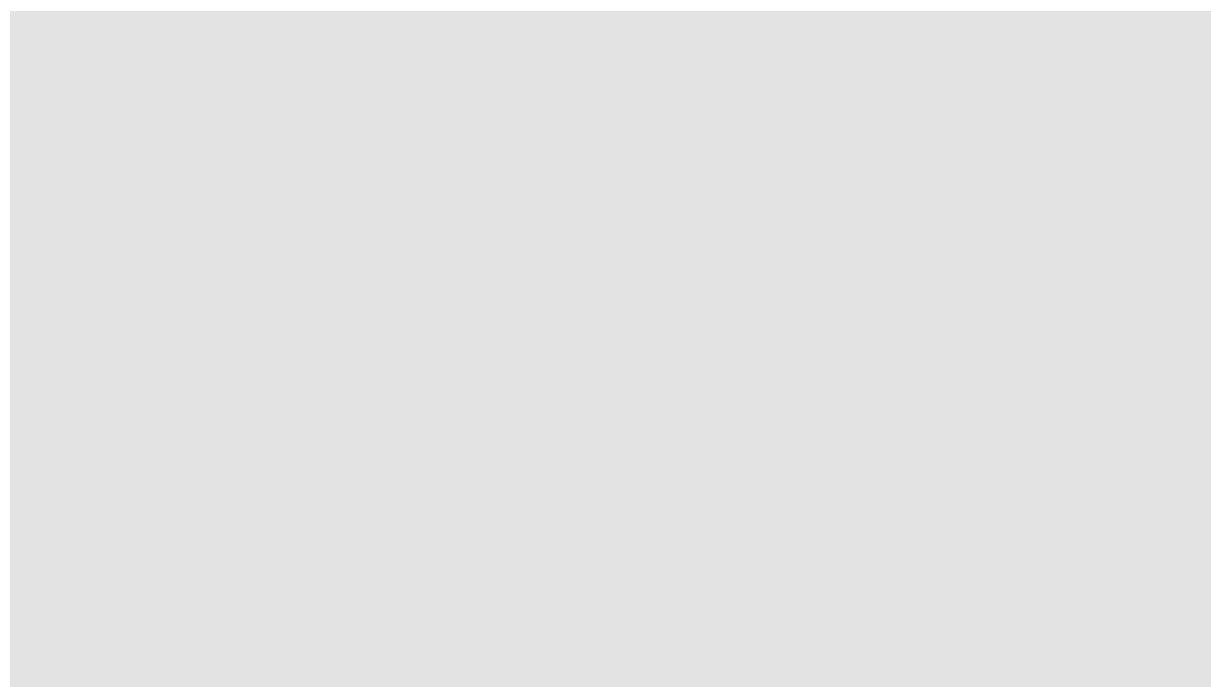
Professores preocupados com alteração à contagem do tempo de serviço

 noticiasaminuto.com/pais/3012062/professores-preocupados-com-alteracao-a-contagem-do-tempo-de-servico

Lusa

June 26, 2026

Sindicatos de professores manifestaram-se hoje preocupados com uma alteração proposta pelo Ministério da Educação à forma como é contabilizado o tempo de serviço para efeitos de graduação profissional, alertando para "dezenas ou centenas" de ultrapassagens.



© Getty Images

A alteração consta da versão apresentada hoje aos representantes do setor durante a reunião negocial sobre o modelo de recrutamento e colocação, no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Em causa está o artigo referente à graduação profissional (resultante da soma do tempo serviço à nota obtida no curso), que passa a considerar de igual forma os dias trabalhados antes e após a profissionalização, segundo a proposta do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

Atualmente, o tempo de serviço prestado antes da profissionalização só vale metade, em comparação com o tempo de serviço prestado após a obtenção de

habilitação profissional.

"Com esta medida, quem tem muito tempo antes da profissionalização iria subir nas listas de forma significativa, mas iria prejudicar aqueles que se veem, de um momento para o outro, ultrapassados por umas dezenas ou centenas de candidatos", alertou o secretário-geral da Federação Nacional da Educação (FNE).

No entender de Pedro Barreiros, a alteração "iria desvirtuar por completo a lista graduada nacional", posição partilhada também pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e pelo Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE).

"Se estivéssemos num ano zero, era uma questão que poderia ser considerada, mas não estamos num ano zero, temos todo um histórico para trás", afirmou um dos secretários-gerais da Fenprof, Francisco Gonçalves.

O dirigente sindical considerou ainda que a proposta do MECI reflete uma desvalorização da habilitação profissional para a docência, em relação à habilitação própria (docentes com formação científica, mas sem formação pedagógica).

Além dessa novidade, a Fenprof voltou a criticar a introdução de conceitos do Referencial de Competências da Administração Pública, que diz diluir a especificidade da profissão docente, e a eliminação do mecanismo de vinculação dinâmica.

Francisco Gonçalves lamentou ainda o ritmo a que têm decorrido as negociações, iniciadas em janeiro, afirmando que "nem que a legislatura dure os quatro anos, conseguimos concluir este processo de revisão do ECD".

Pela FNE, Pedro Barreiros discorda desse entendimento e sublinha que a tutela tem demonstrado disponibilidade negocial, aproximando-se de muitas reivindicações dos professores.

"Quando há evoluções - e sentimos que há evolução e aproximação entre as partes, é tempo ganho. Mais complicado era se tivéssemos apenas um ou duas reuniões e não houvesse evolução de parte a parte", afirmou.

Entre os aspetos positivos resultantes da reunião de hoje, destacou a garantia assumida pela tutela de que, em setembro, serão disponibilizadas vagas em número suficiente para os professores sem formação pedagógica que vincularam aos quadros do Ministério da Educação através do concurso externo extraordinário, sob condição de obterem a habilitação profissional no prazo de quatro anos (três, segundo a proposta de revisão).

Além da Universidade Aberta -- única que atualmente ministra os cursos de profissionalização em serviço, e que disponibilizará 672 vagas -- a tutela antecipou a abertura de 85 lugares em Setúbal, 184 em Lisboa e 98 em Beja.

"Estamos a falar de zonas muito carenciadas onde o sistema acolheu (os professores) por necessidade de os alunos terem aulas, e seria muito injusto não lhes dar a profissionalização para que possam entrar para a carreira", afirmou a presidente do SIPE.

No final da reunião com a tutela, Júlia Azevedo disse que o MECI está a ponderar implementar, já a partir de setembro, um regime transitório para testar o procedimento concursal contínuo que será criado no âmbito do novo modelo de recrutamento e colocação em substituição das atuais reservas de recrutamento e contratação de escola.

Francisco Gonçalves, da Fenprof, confirmou que a intenção do Governo é manter, no próximo ano letivo, as reservas de recrutamento, mas substituir a contratação de escola pelo novo concurso contínuo.

O secretário-geral da Fenprof tem, no entanto, dúvidas quanto à legalidade desse regime transitório, uma vez que se trata de legislação subsidiária associada ao novo ECD, que não está ainda concluído.

Leia Também: [Professores em mestrado obrigados a dar aulas extra para concluir estágio](#)